



ANALISANDO MAPAS HISTÓRICOS: a cartografia enquanto potencializador do ensino interdisciplinar de geografia e história a partir do pensamento geográfico

Lucas da Silva Isidório¹
lucasdasilva154@gmail.com

Resumo

O presente trabalho buscou desenvolver mapas históricos e analisá-los a partir dos conceitos de pensamento geográfico e de espaço geográfico para potencializá-los enquanto material de ensino interdisciplinar para as disciplinas de história e geografia. Para isso, foram utilizados os métodos aplicados para a criação de mapas históricos utilizados no projeto de pesquisa Amazônia Colonial desenvolvido no instituto de filosofia e ciências humanas da Unicamp, no qual atuo como bolsista de treinamento técnico. Foram desenvolvidos mapas históricos sobre a produção vegetal das vilas indígenas pombalinas. A interpretação desses mapas sob a ótica da geografia se mostrou muito útil para entender os fenômenos históricos retratados, tanto para a área de ensino quanto para a pesquisa, assim demonstrando que os conceitos da geografia podem ser utilizados para o estudo das representações espaciais históricas e também para o desenvolvimento de atividades de ensino interdisciplinar.

Palavras-chave: Geografia; História; Cartografia.

Introdução

Os mapas são ferramentas de grande potencial quando aplicados ao campo do ensino. Na geografia eles se apresentam como uma ferramenta já muito consolidada, sempre presentes nos livros didáticos e outros materiais da disciplina. Porém, apesar de sua inegável presença, a forma como os mapas são trabalhados não apresenta por si só um consenso metodológico. Por vezes o mapa está nos livros didáticos com fim de ser usado como um elemento para se entender os conceitos básicos da cartografia ou então meramente para descrever uma informação espacial, como localização de áreas e delimitação de fronteiras (RICHTER, 2025). Diante deste cenário, é importante salientar que os mapas não são meros veículos descritivos da informação, mas sim ferramentas que permitem a análise e representação de fenômenos complexos que não são entendidos em sua totalidade apenas por uma simples descrição, portanto, é preciso uma análise do espaço. Uma proposta de uso dos mapas no campo da geografia, pensando em um método de ensino que foge da lógica da mera descrição do espaço, pode ser embasado pelo conceito de pensamento geográfico, que é definido enquanto a capacidade de integrar a representação, os conceitos de análise e o

¹ Graduado em licenciatura em geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Bolsista de Treinamento Técnico em projeto de pesquisa do departamento de História da Unicamp.



fenômeno em questão, podendo assim realizar uma análise crítica sobre a realidade (RICHTER, 2025). Desta forma, o pensamento geográfico nos permite ir além da mera descrição, adicionando camadas de análise ao mapa que focam em relacionar seu conteúdo com sua localização a partir de conceitos e categorias geográficas.

No campo da história, a utilização de mapas também se faz presente, embora menos expressiva do que na geografia. Para destacar essa presença é interessante citar o trabalho realizado pelo professor de história Tiago Gil que atua na UnB e que desenvolve um projeto desde 2009 com objetivo de realizar um atlas da América Lusa, ou seja, mapas que representam espaços históricos (GIL, 2019). O projeto se desenvolve com a ideia de representar informações históricas, advindas de fontes históricas, em representações cartográficas, sendo assim não se trata de trabalhar com mapas feitos no passado, mas sim de desenvolver mapas novos, mas que representam o passado. Inicialmente o projeto de Gil resultou em uma plataforma cartográfica na web e de caráter interativo em que os usuários poderiam visualizar todos os dados que a equipe do projeto tivesse disponibilizado, porém alguns dos usuários relataram que não conseguiam interpretar tantas informações de temáticas diferentes aparecendo na tela ao mesmo tempo, fazendo com que assim que surgisse a necessidade de realizar mapas temáticos e estáticos, que guiassem a análise do leitor sobre os temas e fenômenos histórico-espaciais representados (GIL, 2019).

Inspirado no projeto de Tiago Gil, surge em 2023 no instituto de filosofia e ciências humanas (IFCH) da Unicamp um projeto de pesquisa para elaboração do atlas da Amazônia colonial, coordenado pela professora do departamento de história do IFCH Camila Loureiro Dias. Este projeto, no qual atuo como bolsista de treinamento técnico, tem como proposta metodológica e elaboração de dados e produtos cartográficos baseados em fontes históricas, a fim de analisar as informações históricas de forma espacial. Desta forma é possível traçar paralelos entre a utilização dos mapas para pesquisa em história com o desenvolvimento do pensamento geográfico a partir da leitura de mapas na geografia.

O presente trabalho busca utilizar a metodologia usada na elaboração do atlas da Amazônia colonial para desenvolver mapas históricos que possam ser analisados a partir do pensamentos geográfico e de conceitos da geografia, a fim de potencializar o uso de mapas no ensino enquanto material didático interdisciplinar que pode ser usado para as disciplinas de história e geografia. Para isso, o tema escolhido para ser representado no mapa histórico é o



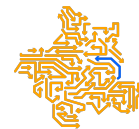
das vilas indígenas que foram fundadas na Amazônia durante o período pombalino (1750-1777) e sua produção vegetal.

Materiais e métodos

A metodologia para elaboração dos mapas históricos utilizada no projeto de pesquisa do atlas da Amazônia colonial é inspirada nos trabalhos que foram apresentados em artigo de Gil (2019). A elaboração dos mapas consiste em quatro etapas: (I) Leitura da fonte histórica; (II) organização das informações da fonte em um banco de dados; (III) Georreferenciar o banco de dados em um software SIG para criação de um dado espacial; e (IV) Fazer um layout cartográfico a partir do dado espacial.

O presente trabalho tem como enfoque temático o contexto histórico das vilas indígenas fundadas no período pombalino na Amazônia, assim como sua produção vegetal. Desta forma, foi utilizado o banco de dados disponibilizado no site “Brasis e suas memórias - Vilas indígenas Pombalinas”. Este site foi fruto de um projeto de diversos pesquisadores da área de história que uniram esforços para organizar informações de várias fontes diferentes sobre as vilas indígenas do período pombalino em forma de um banco de dados histórico-geográfico. Portanto, o presente trabalho parte da etapa II, uma vez que o banco de dados já havia sido construído por outros pesquisadores.

O banco de dados foi aberto no sistema de informação geográfica QGis, onde foi possível representar as vilas enquanto pontos no espaço. Após isso, as vilas (pontos) foram separadas por tipo de produção vegetal (dado presente na tabela de atributos dos pontos) criando assim dois grupos de pontos, os de coleta e os de agricultura. Após isso ainda foi separado um terceiro grupo de pontos, desta vez considerando vilas que possuíam tanto agricultura quanto coleta. Foram elaborados mapas para representar a localização das vilas e seu tipo de produção vegetal (agricultura, coleta ou ambos). Os mapas foram analisados a partir do contexto histórico e também dos conceitos da geografia, como o pensamento geográfico (RICHTER, 2025) e a definição de espaço geográfico de Milton Santos (SANTOS, 2002).



Contexto histórico das vilas indígenas fundadas no período pombalino

Para melhor compreensão do trabalho se faz necessário uma breve contextualização sobre o tema histórico que está representado nos mapas. Durante o século XVIII o Brasil colônia se encontrava dividido em duas principais unidades administrativas: o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Os dois Estados se reportavam diretamente para a metrópole portuguesa, criando assim formas de governos quase independentes um do outro. Apesar de terem o mesmo status de Estado, o Grão-Pará possuía uma ocupação territorial com muito menos presença de súditos da coroa portuguesa, fazendo com que fosse um território ainda pouco ocupado pelos colonizadores. Em 1750 foi assinado o tratado de Madrid por representantes da coroa portuguesa e da coroa espanhola, que substituiu o tratado de tordesilhas, criando assim novas diretrizes para a divisão de terra entre as duas metrópoles, onde basicamente a terra seria de propriedade de quem conseguisse de fato ocupá-la (FERREIRA & SILVA, 2021).

Neste novo cenário a coroa portuguesa se movimentou para consolidar sua presença na amazônia para assim poder reivindicar o território. A presença portuguesa na Amazônia se dava basicamente nas aldeias indígenas, que muitas vezes eram administradas por figuras religiosas como padres e freis. O Marquês de Pombal, já em seu governo, iniciou então o movimento de fundação de vilas indígenas, que tinha como objetivo substituir o poder religioso pelo poder político expulsando os padres e elegendo diretores para administrar as vilas. Outra característica central desta mudança era de que os indígenas passassem a ser considerados súditos da coroa, fazendo assim com que sua presença na Amazônia representasse Portugal, consolidando assim seu domínio pelo território (FERREIRA & SILVA, 2021).

Outra característica que veio com a mudança de aldeia para vila foi a obrigação formal de pagar tributos à coroa, assim como todos os súditos deveriam fazer. Desta forma a administração das vilas, chefiada agora por um diretor, começa com um novo movimento de organização do trabalho indígena com o objetivo de produzir especificamente para as demandas da coroa (FERREIRA & SILVA, 2021). É notável que estas mudanças não ocorreram de forma homogênea no território, sendo que isso será um dos focos de análise nos mapas que será realizada na seção a seguir.

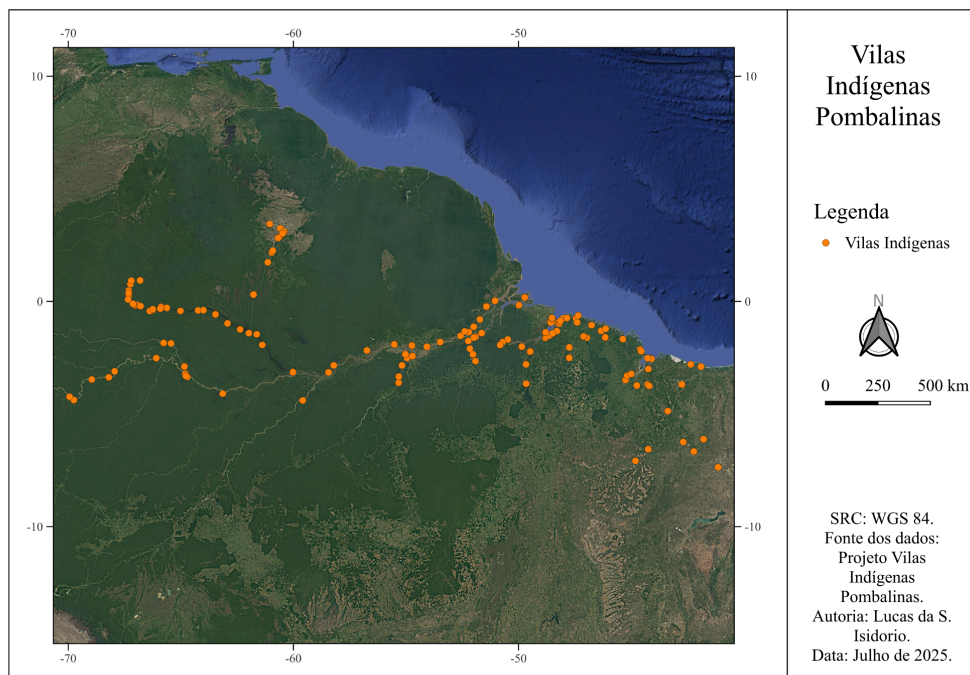


Mapas do passado e o pensamento geográfico

Foram produzidos quatro mapas que serão analisados a seguir com o objetivo de entender melhor o contexto histórico e territorial, assim como exercitar o pensamento geográfico. O primeiro mapa, apresentado como mapa 1, mostra a localização das vilas indígenas fundadas na Amazônia durante o governo pombalino. Este primeiro mapa tem caráter mais locacional e descritivo, tendo como principal objetivo apresentar as vilas. É um material inicial para se começar uma discussão sobre o tema. Embora seja mais simples, já é possível exercitar algumas práticas analíticas baseadas no pensamento geográfico. A primeira característica a ser observada é a forma de ocupação das vilas, que apresenta um padrão conforme se adentram na floresta amazônica. A imagem de satélite usada de fundo proporciona a sobreposição das vilas com os maiores rios amazônicos, mostrando que as vilas tendem a ocupar as áreas próximas aos rios.

O posicionamento às margens dos rios não é aleatório, e tem finalidades pensadas tanto pelos indígenas quanto pelos colonizadores. Esta ocupação tem como objetivo a proximidade com os recursos naturais, como água e alimentos, sendo áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Outro fator, olhando agora para os interesses dos colonizadores, era a facilidade de transportar mercadorias, pois os rios eram o principal meio de transporte utilizado na Amazônia. Desta forma, a mera localização das vilas gera questionamentos sobre o contexto histórico, sobre a economia da época e também sobre as relações de redes e fluxos.

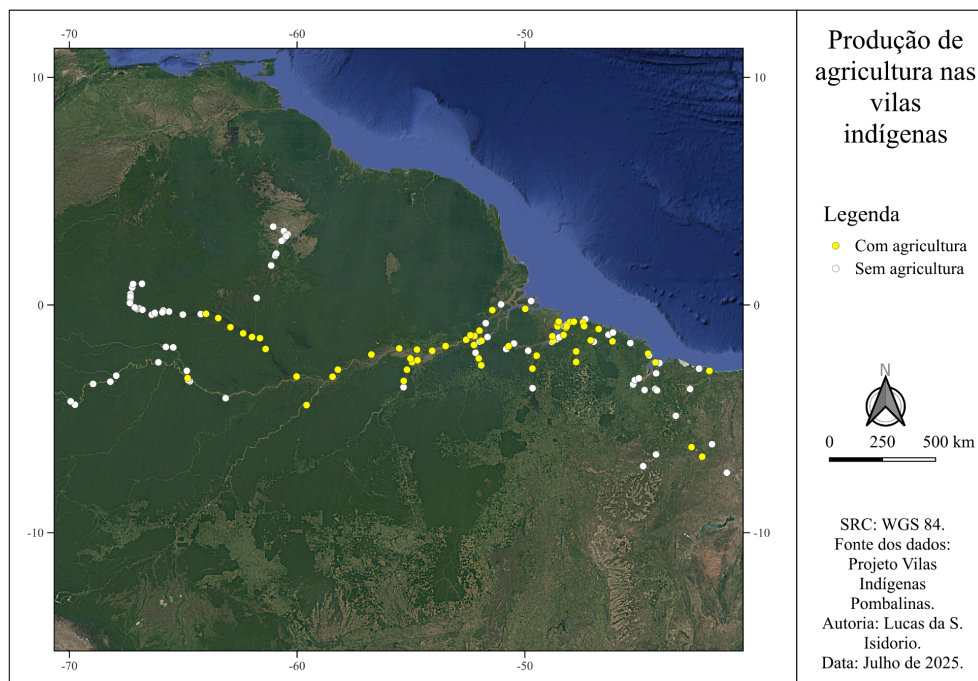
Mapa 1 - Localização das vilas Indígenas pombalinas



Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapa 2 apresenta informações acerca da produção das vilas indígenas, especificamente a produção feita por modo agrícola. Analisando sua dispersão espacial é possível perceber que a agricultura era uma prática comum ao território amazônico, embora sua maior presença seja na região litorânea. Esta informação apresenta maior complexidade quando sobreposta com outros modos de produção, como será apresentado a seguir.

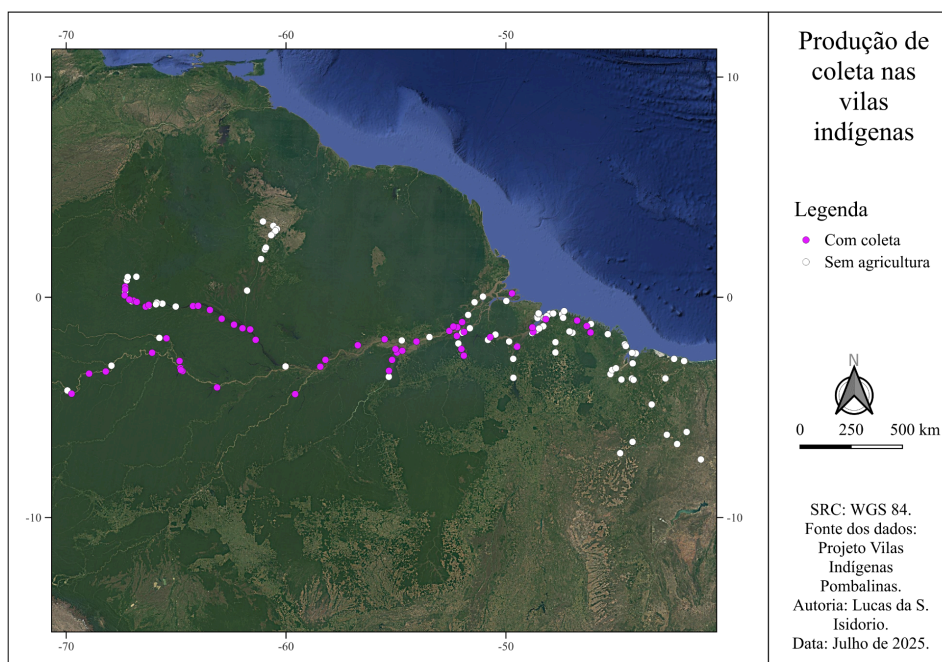
Mapa 2 - Produção de agricultura nas vilas indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Já o mapa 3 mostra a presença da produção baseada em coleta nas vilas indígenas. A prática de coleta era muito comum entre os povos tradicionais, e se baseia em retirar os produtos encontrados na floresta. Ao analisar sua dispersão espacial é possível ver que, assim como a agricultura, essa também é uma prática muito presente no território, e diferente da anterior, está mais concentrada no interior da floresta do que na área litorânea. Quando analisadas simultaneamente, essas duas informações podem apresentar informações especiais semelhantes mas que demonstram padrões diferentes, embora ambas estejam bem dispersas no território, a concentração de cada uma se dá em áreas diferentes, com a coleta no interior da floresta e a agricultura mais ao litoral.

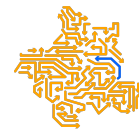
Mapa 3 - Produção de coleta nas vilas indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor.

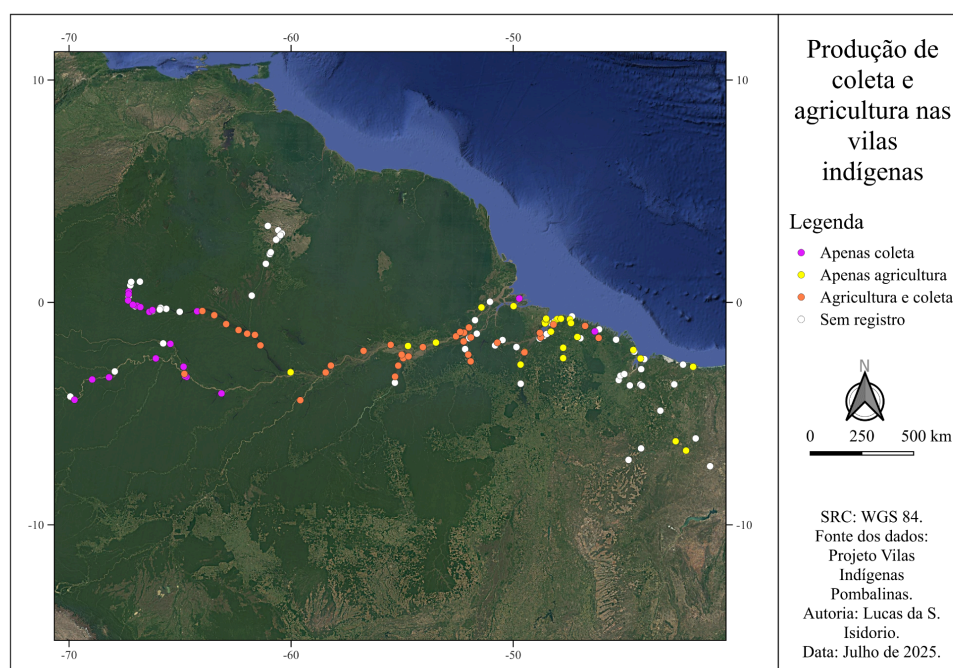
Ao sobrepor as duas informações, os padrões espaciais ficam ainda mais interessantes. O mapa 4 demonstra as informações de produção quando há apenas coleta, apenas agricultura e onde as duas atividades eram realizadas simultaneamente. O que antes parecia uma presença bem dispersa das duas produções agora se revela com um padrão bem mais nítido, onde a predominância de vilas que só produziam a partir de coleta se dá no interior da floresta, enquanto que as vilas que usavam apenas agricultura estão localizadas no litoral, e por fim as vilas que usavam os dois tipos de produção vegetal estão no meio do caminho.

Analisando a partir do pensamento geográfico é possível fazer algumas indagações acerca da representação: Qual a relação do espaço com a produção? Por que a produção não é homogênea nas vilas? Essa situação demonstra uma transição no modo de produção? Todas essas perguntas foram possíveis a partir da análise dos padrões espaciais identificados nos mapas, sendo que a leitura das fontes históricas originais talvez não fosse o suficiente para chegar nessas indagações. As perguntas podem servir como objetivos para futuras pesquisas, mas também como problemáticas para serem trabalhadas em ambiente educacional, pois a lógica da confecção cartográfica por um educador parte da ideia de que o mapa representa um fenômeno que o educando precisará analisar de forma crítica para chegar no entendimento



completo do que foi proposto, exercitando assim seu pensamento geográfico. Porém, ao chegar nas conclusões pretendidas pelo educador (e também em outras não pretendidas como muito ocorre) os educandos estarão realizando um estudo de história aprofundado em um fenômeno espacial, criando assim um cenário de aprendizado interdisciplinar em história e geografia.

Mapa 4 - Produção de coleta e agricultura nas vilas indígenas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tentativa de caracterizar o fenômeno representado nos mapas e responder alguma das perguntas elencadas acima pode-se adicionar maior contexto histórico e também uma análise sob as lentes conceituais da geografia. Como apresentado por FERREIRA & SILVA (2021), durante a elevação das aldeias para vilas havia o interesse dos colonizadores de construir vilas semelhantes às encontradas na metrópole, adicionando assim técnicas de produção típicas portuguesas, enquanto assimilavam também as técnicas indígenas. Isso pode dar embasamento para tentar explicar o fenômeno, pois no litoral havia a maior presença de colonizadores, sendo que isso pode ter influenciado a maior presença de agricultura, enquanto



no interior da floresta a presença de indígenas era maior, implicando assim na maior preservação de técnicas tradicionais, como a coleta.

Ao se analisar estas áreas sob a ótica do espaço geográfico, sobretudo à definição apresentada por Santos (2002) onde o espaço é formado por um conjunto de objetos (infraestrutura) e ações (práticas sociais), e a técnica produz o espaço, enquanto também é produzida por ele, é possível entender o momento histórico enquanto uma transição social do modo de produção indígena para o modo de produção de um cidadão português. O governo da vila irá mudar a infraestrutura na tentativa de reproduzir um espaço europeu, tal qual as vilas metropolitanas, porém esse processo ganha mais força onde a presença dos colonos é mais expressiva. Em áreas de maior presença indígena os objetos e ações se alteram mais lentamente, criando assim um espaço mais voltado à tradição indígena e menos voltado para as demandas da metrópole.

As análises históricas e geográficas aqui apresentadas foram realizadas como forma de tentar qualificar o fenômeno identificado nos mapas, ao mesmo tempo que também servem como uma proposta didática. De certo, a análise interdisciplinar apresenta alta complexidade por unir duas áreas do saber, sendo que nenhuma destas tem a capacidade de explicar a realidade em toda a sua complexidade, nem a geografia com seus mapas e conceitos, nem a história com sua disponibilidade de fontes que muitas vezes pode ser limitada. Porém, mesmo com tais problemáticas ainda é possível unir as duas disciplinas para se pensar o espaço histórico, assim como desenvolver o pensamento geográfico para além dos temas clássicos da geografia.

Considerações finais

A produção de mapas históricos apresenta diversas questões a serem pensadas, sobretudo em relação a disponibilidade de fontes históricas, que nem sempre apresentam todos os dados necessários para a produção de um mapa, ou até mesmo em casos que apresentem os dados, estes ainda devem ser interpretados sob a noção de que toda fonte é produto de seu tempo histórico, assim como é produzida a partir de interesses específicos. Ainda assim, é possível construir mapas interessantes como os apresentados neste trabalho, e a adoção de métodos de análises de outras áreas do saber além da história podem ajudar a entender melhor o que estes mapas estão representando. A análise a partir do pensamento geográfico pode revelar questões muitas vezes obscuras, assim como pode ser usada para



guiar atividades de ensino ao criar mapas que escondem fenômenos históricos que só podem ser descobertos a partir da análise pautada no pensamento geográfico. Desta forma, este método apresenta grande potencial, tanto na área da pesquisa acadêmica quanto na área do ensino, sobretudo na lógica interdisciplinar, onde é possível trabalhar conteúdos da história a partir de métodos e conceitos da geografia.

Referências bibliográficas

FERREIRA, Mayara Silva; SILVA, Louyse Souza. PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NAS VILAS POMBALINAS DA CAPITANIA DO MARANHÃO (1767-1787): Protagonismo, trabalho, política e economia. In: I Fórum Internacional Indígenas na História. 2021, São Luís. **Anais** São Luís, 2021. Disponível em <<https://www.forumindigenasnahistoria.sinteseeventos.com.br/site/anais2>> Acesso em: 19 jul. 2025.

GIL, T. Experiências colaborativas no projeto Atlas Digital da América Lusa. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. DOI: 10.34019/2447-5246.2019.v24.27856. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/27856>. Acesso em: 19 jul. 2025.

RICHTER, Denis. Ensino de Geografia e mapas: representações, linguagens e pensamento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 15, n. 25, p. 05–23, 2025. DOI: 10.46789/edugeo.v15i25.1527. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1527>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo : razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2002. 384 p. (Milton Santos, 1). ISBN 9788531407130 (broch.)